

COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS – PRIMEIRO SEMINÁRIO NACIONAL
AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BRASÍLIA – DF
10 DE NOVEMBRO DE 2010 – 09:00H ÀS 17:00H

Instituições participantes: Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO, Caixa Econômica Federal – CEF, Casa Civil, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira – INEP, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA/MCT, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Fazenda – MF, Ministério da Integração – MI, Ministério do Planejamento – MP, Ministério da Saúde – MS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Ministério do Turismo – MTur, Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR, Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.

ABERTURA DO SEMINÁRIO

Eduardo Pereira Nunes – Presidente do IBGE

- O presidente do IBGE iniciou a abertura do seminário ressaltando o reconhecimento das estatísticas sociais e o desafio para organizar estas informações, lembrando que grande parte das Metas do Milênio precisam de estatísticas sociais para serem avaliadas adequadamente.
- As reuniões realizadas com os parceiros do IBGE, produtores e usuários, têm contribuído para verificar o que é produzido e o que é demandado, unindo forças no sentido de obter informações harmonizadas. Este é exatamente o objetivo deste seminário.
- O Comitê de Estatísticas Sociais tem uma quantidade expressiva de órgãos do governo que são parceiros dentro do Comitê e do IBGE na produção das estatísticas sociais. Os Ministérios e Instituições participantes deste seminário que compõem o Comitê são: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério da Educação – MEC; Ministério do Planejamento – MP; Ministério da Previdência Social – MPS; Ministério da Saúde – MS; Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; IPEA; INEP; e IBGE.
- Neste seminário se pretende alcançar dois objetivos principais, o primeiro é dar continuidade no esforço de dar visibilidade do trabalho do Comitê de Estatísticas Sociais para produtores e usuários. O segundo é construir canais formais e definitivos para acompanhar os trabalhos, os objetivos alcançados, as demandas dos usuários e como estas demandas poderão ser atendidas pelo IBGE ou pelas instituições produtoras de estatísticas.
- O Comitê de Estatísticas Sociais é formalmente criado e constituído através de uma portaria interministerial de 2007. Todo este trabalho foi realizado num

âmbito mais amplo com apoio do Banco Mundial para desenvolvimento de pesquisas no Brasil. O que se quer é construir um fórum que permita avaliar o que há disponível em termos de informações sociais no Brasil para compor e analisar as demandas dos parceiros do IBGE e usuários.

- Já foram realizadas algumas ações envolvendo o convênio com o Banco Mundial, como por exemplo, a atualização da POF 2008/2009 e aceleração da periodicidade destas informações com a produção de uma POF simplificada, no sentido de ser uma subamostra da pesquisa maior, anualmente. Com os resultados desta pesquisa anual, teríamos mais indicadores para desenvolver novas metodologias para medir de forma mais precisa o consumo das famílias dentro do sistema nacional de contas do país.
- Ao longo destes últimos anos, o IBGE tem trabalhado no projeto de redesenho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD para estender sua amplitude, tanto a cobertura geográfica quanto a temática, o que exige um novo desenho até da forma de construir a amostra da PNAD. Neste projeto existe um fórum que, pelo menos uma vez a cada semestre, reúne os usuários dessas informações para acompanhar a evolução do trabalho do IBGE no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD.
- O Comitê de Estatísticas Sociais possui duas instâncias, a primeira é o Comitê Gestor que é responsável pelas diretrizes para atuação do próprio Comitê; e principalmente, o Comitê Executivo que é o responsável pela realização e execução das tarefas orientadas pelo Comitê Gestor. Ambas estas são coordenadas pelo IBGE, cumprindo o papel de coordenar de fato o Sistema Estatístico Nacional. No âmbito desta coordenação, o IBGE vem trabalhando nos últimos quinze anos na Comissão Nacional de Classificação, o que tem permitido que produtores e usuários participem efetivamente desta comissão.
- Dois anos após a criação do Comitê de Estatísticas Sociais já estamos realizando um seminário que já é uma demonstração dos grandes passos que foram dados nestes anos.
- A meta principal do Comitê é documentar e padronizar procedimentos para produção das informações e divulgação, de forma padronizada, para os usuários destas informações. É essencial dar ao usuário à forma como foram produzidas estas informações, tornando visível o que o país já realizou e deixando claro quais as necessidades que ainda temos e quais áreas são necessárias avançar daqui para frente.
- Desde abril de 2010 o IBGE criou uma página onde todos podem acompanhar o que o Comitê de Estatísticas Sociais está realizando ao longo do tempo: www.ibge.gov.br/comite_estatisticas_sociais.
- O fato de termos a capacidade de organização de todos os produtores de estatísticas sociais do país, de construir um comitê interministerial, de convencer os nossos Ministros a criarem uma portaria que tragam para dentro deste comitê as instituições produtoras destas informações, já é uma mostra do mérito das instituições participantes deste comitê. Nada disto teria importância se as informações estatísticas não tivessem qualidade. Se há qualidade, então devem ser utilizadas pelos nossos usuários dentro do governo na preparação de políticas públicas para o futuro e no monitoramento e avaliação destas políticas. Se todo país utiliza com tamanha intensidade estas informações, não é admissível que algumas organizações internacionais não façam o mesmo. As nossas informações oficiais são algumas vezes ignoradas internacionalmente.

O IBGE tem se manifestado nos fóruns da ONU a este respeito. Em 2006 o Conselho Econômico Social das Nações Unidas criou uma resolução que recomenda a todos os órgãos pertencentes ao sistema ONU que utilizem as estatísticas oficiais como fonte de informação para produção de relatórios dos países. Infelizmente alguns poucos organismos não utilizam as estatísticas oficiais, obrigando o IBGE e os ministérios tentem explicar alguns resultados, que são, dos pontos de vista metodológico e conceituais, inexplicáveis porque não seguem o padrão de construção que fazemos com tanto esforço.

- Do ponto de vista do IBGE, temos certeza da qualidade do que produzimos e que a cooperação das nossas instituições irá contribuir para melhorar ainda mais a qualidade e ampliação do que produzimos. Um desafio que teremos pela frente é fazer com que o dado produzido oficialmente no país seja o dado reconhecido no âmbito internacional. Em 2015 as informações que serão utilizadas para as Metas do Milênio têm que ser aquelas produzidas oficialmente no Brasil.
- Há um esforço no âmbito da comunidade internacional de fazer o que estamos fazendo neste comitê, que é coordenar e padronizar métodos de procedimentos de pesquisas e classificações para produção de informações estatísticas. Temos que fazer isto, mas temos que dar um passo a mais que é fazer com que este trabalho seja reconhecido internacionalmente.

MESA 1: OBJETIVOS GERAIS DO COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS

Lúcia Modesto – Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, CES / Comitê Gestor.

- Este é um momento muito importante para as políticas públicas brasileiras, pois tivemos um grande avanço nestes últimos anos e o trabalho do IBGE foi absolutamente importante para alcançarmos estes avanços. O MDS desde 2005 formalizou um acordo de cooperação técnica com o IBGE e viemos ao longo destes anos trabalhando no sentido de integrar as informações para que as informações do IBGE servissem de controle para os registros administrativos produzidos pelo MDS.
- O Cadastro Único de programas sociais está com um novo modelo de coleta de dados. Esta base de dados conta com vinte milhões de domicílios registrados e oitenta milhões de pessoas identificadas na sua composição familiar. Foi feita uma uniformização das variáveis do cadastro em parceria com o IBGE, para que de fato a coleta do IBGE sirva de controle para este registro administrativo. Em dezembro de 2010 o MDS vai apresentar este novo modelo de cadastro. Com o apoio do IBGE foram capacitadas cerca de quarenta mil pessoas no Brasil para que a coleta possa ser feita da melhor forma possível.
- A meta é que este cadastro tenha uma cobertura de vinte e quatro milhões de domicílios.
- O Comitê de Estatísticas Sociais vem contribuir para avançar na formulação das políticas públicas, mas também no processo de operacionalização dessas políticas. O avanço desta parceria entre IBGE e MDS acaba refletindo também nas relações do MDS com as áreas de saúde e educação, que são usuários destas informações produzidas para operacionalização de algumas das ações

que são implementadas tanto no Ministério da Saúde quanto no Ministério da Educação. Hoje com base nestas informações nós acompanhamos a frequência escolar de dezessete milhões de alunos e estamos acompanhando a atenção básica à saúde de dez milhões e meio de famílias.

- É preciso priorizar a continuidade e fortalecimento do Comitê de Estatísticas Sociais para alcançar melhores resultados ainda.

Wasmália Bivar – Diretora de Pesquisas do IBGE, Coordenadora do Comitê Gestor do CES.

- É fundamental destacar que este é o primeiro seminário nacional e que é importante que se tenha uma periodicidade anual para que o Comitê de Estatísticas Sociais possa prestar contas de seus trabalhos para os demais ministérios, às agências reguladoras, aos institutos e órgãos de pesquisa, não apenas da área social mas também da área econômica.
- O Comitê de Estatísticas Sociais foi criado por portaria interministerial em dezembro de 2007, mas a primeira reunião do Comitê Gestor só foi realizada em dezembro de 2008.
- O Comitê tem duas instâncias, o Comitê Gestor que define as orientações estratégicas dos trabalhos a serem desenvolvidos e o Comitê Executivo que efetiva as orientações estabelecidas pelo Comitê Gestor.
- A relação dos participantes do Comitê é composta dos seguintes ministérios/instituições: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério da Educação – MEC; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Ministério da Previdência Social – MPS; Ministério da Saúde – MS; Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A escolha destes órgãos foi definida com a escolha dos principais gestores e produtores das grandes bases de dados nacionais da área social.
- É preciso ter consciência que o Brasil tem um padrão de informação extremamente elevado e qualificado. Na comunidade internacional, o que tem se observado é que os sistemas estatísticos estão evoluindo no sentido de incorporar de uma forma cada vez mais complexa e profunda, fazendo cada vez mais uso, os registros administrativos. Há muito que fazer ainda nas pesquisas e o IBGE tem trabalhado num novo sistema de pesquisas integradas com a realização de fóruns com participação ativa dos usuários.
- Há um grande número de demandas que tende a ser ampliado, o que torna importante a integração destas informações com outras já existentes.
- O Comitê congrega as competências para que o trabalho possa ser ampliado e aprimorado, colocando para os usuários, em especial os institucionais, uma base de informações cada vez mais integrada que faz uso de conceitos, de classificações e de nomenclaturas que são comparáveis. Também é importante facilitar o acesso dos usuários a estas bases de dados. É preciso que estas bases estejam disponíveis para os gestores públicos e do país como um todo.

- Hoje as políticas são transversais, e, portanto, integradas. É preciso que os dados da educação sejam cruzados com os dados da saúde, com os dados do MDS, do MTE, do MPS, possibilitando uma visão integrada destas fontes de informação. O desenho das políticas públicas hoje exige que estas políticas sejam baseadas em informações concretas. Não existe mais espaço para fazer política na base do que o gestor sente ou pensa sobre determinado assunto.
- Na primeira reunião do Comitê Gestor foram definidas as diretrizes do Comitê de Estatísticas Sociais. A primeira delas foi fazer um inventário das estatísticas sociais oficiais e ter o compromisso de manter o inventário atualizado. Dentro deste objetivo, foi decidido avançar na documentação destas estatísticas e de outras que fossem sendo incluídas.
- A segunda diretriz é a consolidação das estatísticas oficiais, visando sempre seu aprimoramento, sua comparabilidade e manutenção da facilidade de acesso à informação para diferentes níveis de usuários.
- Também é papel do Comitê organizar a demanda por informação e se organizar para que esta demanda seja atendida, otimizando os recursos do grupo.
- Trabalhar para preencher as lacunas de informações. Algumas informações existem, mas devem ser mais trabalhadas ou requerem que diferentes órgãos se organizem para integrar bases de dados para disponibilização.
- Regulamentar os acessos de forma a garantir os acessos para os usuários, respeitando a questão do sigilo e confidencialidade das informações.
- Empreender ações para dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê, sendo este seminário já uma ação neste sentido, que esperamos que cresça e se torne regular para que o trabalho do Comitê seja guiado não só pelas demandas internas, mas também pelas externas que sabemos que são muitas.
- Adoção dos princípios fundamentais das estatísticas oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, sendo a confidencialidade uma das questões mais importantes adotadas pelos princípios.
- Primeiro passo foi documentar as bases inventariadas dentro do Comitê e identificar quais as lacunas de informação. A partir deste momento queremos conhecer as lacunas identificadas fora do Comitê.
- São 45, as bases de dados documentadas nesta primeira etapa deste inventário. Todas estão no padrão que o IBGE adota nos seus metadados.
- É possível acessar o *link* da página do Comitê de Estatísticas Sociais através da página do IBGE, *clikando* no *link* "Projetos e Entidades". Na página do Comitê, há um *menu* no lado direito com os seguintes temas: Apresentação; Objetivos e Diretrizes; Histórico; Bases de Dados; Questões Mais Frequentes; Portarias e Atas de Reuniões; Representantes das Instituições no Comitê; e Eventos.
- No item Base de Dados, há informações padronizadas sobre as bases documentadas, tais como, objetivo, população-alvo, metodologia, principais variáveis, etc. A partir desta documentação, iremos avançar para torná-la a mais completa possível.

- A identificação de lacunas foi delimitada na seguinte classificação: geográficas, temáticas e temporais.
- O Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares procura não apenas aprimorar as estatísticas do IBGE, mas também trabalhar o conjunto das estatísticas sociais como um todo. Os fóruns são semestrais e já foram realizados oito até aqui.
- A página do Comitê, além dos fóruns do SIPD, também é uma ação para dar visibilidade às estatísticas produzidas.
- Pretende-se que seminários como este sejam anuais para que possamos trabalhar com todos os demais órgãos que não fazem parte do Comitê, como lacunas, demandas e aprimoramentos necessários. É hora de trabalhar de forma integrada para atender a todas as necessidades.
- Existem demandas de organismos internacionais que irão representar o Brasil em diferentes fóruns. Iniciamos um primeiro trabalho de levantamento de questionários que são demandados. A ideia é que como país nós saibamos o que está sendo respondido e que estas sejam as informações mais recentes e adequadas às demandas que estão sendo feitas. Em uma segunda fase, que é paralela a esta, devemos cobrar que todos os organismos internacionais utilizem as informações oficiais brasileiras, pois seguimos os padrões, as orientações e as boas práticas internacionais.
- Informação é de alto custo, então temos que fazer o melhor uso dos recursos disponíveis para tornar estas bases de dados as melhores possíveis.

Martim Cavalcanti – Chefe-Adjunto da Assessoria de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento – MP, CES /Comitê Gestor.

- Uma importância do Comitê é evitar duplicação de esforço, pois como a Wasmália falou, ter estatística é atividade de alto custo e é importante para fazer política pública. Ao evitar duplicação de esforços, economizam-se recursos que poderão ser alocados em outras áreas que ainda precisam de informação para ter uma ação pública melhor.
- Permitir que as bases de dados conversem entre si, para evitar ter que montar tradutores, que são caros.
- Permitir que haja conversas multilaterais e não apenas bilaterais. Muitas vezes pode haver um terceiro órgão que tenha um interesse comum na pesquisa e o custo marginal da participação deste terceiro órgão seria pequeno, gerando ganhos de escala.
- A confidencialidade dos dados é definida por lei para o IBGE. Não há razão para não haver compartilhamento de dados da Receita Federal com o IBGE, o que empobrece as estatísticas de contas nacionais, de PIB, de consumos das famílias. Isto pode estar acontecendo em vários níveis em diferentes órgãos da administração federal.

DEBATES SOBRE A MESA 1

- Martim Cavalcanti sugeriu a inclusão de *links* diretos para as séries históricas das pesquisas e tradução da página para o inglês. Wasmália respondeu que o Grupo Executivo está trabalhando nisto, como continuidade do trabalho que já foi feito, no sentido de criar *links* em direção às bases, quais são os níveis que são públicos e o que pode ser disponibilizado. Sobre a tradução, Wasmália concordou e disse que é um compromisso fazer a página também em inglês e sugeriu que o próprio Martim e os demais órgãos do Comitê auxiliem o IBGE nesta tarefa.
- Ceres Albuquerque da Agência Nacional de Saúde Suplementar pediu mais informações administrativas sobre o Cadastro Único. Letícia Bartolo, Diretora do Cadastro Único do MDS, respondeu que embora o cadastro seja ligado à gestão e execução do Bolsa Família, o cadastro é maior do que o Bolsa Família. Por decreto, o uso do cadastro é obrigatório para todos os programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda (famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou até três salários mínimos no total). O Cadastro Único tem mais de 95% dos registros com todas as informações preenchidas e o nível de atualização de cerca de 80%. Toda família cadastrada precisa atualizar seus dados pelo menos em até vinte e quatro meses. Houve uma evolução muito grande do cadastro, da qual o IBGE é partícipe. A tarifa social de energia elétrica, o programa de erradicação do trabalho infantil, o programa de instalação de cisternas no semiárido, entre outros são exemplos de utilização do Cadastro Único. O que se deseja do Cadastro Único é constituir-lo como um mapa atualizado da pobreza e da vulnerabilidade das famílias brasileiras. O novo Cadastro Único será lançado em dezembro e é fruto de trabalho de parceria com o IBGE e IPEA no que tange a composição do formulário de cadastramento, o que permite uma maior convergência com a PNAD ao mesmo tempo em que traz mais informações para políticas sociais. Por exemplo, um formulário específico para caracterização da população de rua. Outro exemplo importante é a identificação das pessoas sem registro civil de nascimento. Está sendo feita uma integração com o projeto presença do MEC para fazer uma articulação com o NIS para acompanhamento de condicionalidades do Bolsa Família. O Cadastro Único tem o NIS que compartilha a mesma faixa numérica de outros números, como PIS, como o PASEP, como o número do cartão nacional de saúde. Existe ainda um problema de multiplicidade, mas está sendo feito um trabalho para limpá-lo.
- José Ribeiro da OIT reforçou que a OIT tem estado vigilante aos questionários internacionais, mas isto nem sempre ocorre da maneira devida em outros relatórios de outros organismos. É importante que o Comitê atue neste assunto para que a informação que seja levada para fora do país seja a mais real.
- Elias Jorge do Ministério da Saúde questionou como o Cadastro Único trata das pessoas que não têm registro. Letícia Bartolo respondeu que a ideia é que o cadastro seja zerado. Uma vez identificadas pessoas nesta situação, elas serão encaminhadas diretamente a órgãos para emissão do registro de nascimento.
- Darlan Mesquita da SEDH agradeceu ao esforço do MDS para identificação de sub-registros e sugeriu um trabalho em conjunto para eliminar este mal, que são pessoas que não aparecem para o Governo Brasileiro. Adicionalmente, citou a pergunta do Censo 2010 sobre as crianças com menos de cinco anos que não têm registro. Combinando as duas informações pode-se provavelmente eliminar o sub-registro no Brasil. Letícia respondeu que pode

passar estas informações para a SEDH mensalmente ou na periodicidade que esta achar mais conveniente para de fato erradicar o sub-registro de nascimento.

MESA 2: REGISTROS ADMINISTRATIVOS E PESQUISAS DOCUMENTADAS PELO CES E SISTEMA INTEGRADO DE PESQUISAS DOMICILIARES – LACUNAS E DEMANDAS

Eduardo Pereira – Coordenador-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do Ministério da Previdência Social – MPS, CES / Comitê Gestor.

- Como já haviam sido feitas as apresentações, Eduardo Pereira passou a palavra para Marcia Quintslr para a apresentação sobre Registros Administrativos e Pesquisas documentadas pelo CES e Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – lacunas e demandas.

Marcia Quintslr – Coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Coordenadora do Grupo Executivo do CES.

- Todo este trabalho que está sendo feito no Brasil corresponde a uma preocupação que ocorre no mundo como um todo. Na 40ª sessão da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas se discutiu um tema chamado alcance das estatísticas sociais, onde o grupo de especialistas busca um marco homogêneo para a elaboração das estatísticas sociais, cuja ideia é conjugar estes dados unificando metodologias e contemplando temas fundamentais para a sociedade, como população, família, comunidade, saúde, educação, trabalho, etc. Este trabalho toma em conta registros administrativos, censos e pesquisas sociais de modo geral.
- A ideia de comentar este trabalho da ONU é mostrar que os esforços são parecidos com o que fazemos aqui para evitar duplicação de esforços e reunir forças para que as bases tenham a máxima utilidade para que possamos diversificar as áreas de atendimento em termos da produção de informações.
- Existe uma riqueza de informações das bases que foram inventariadas. Foram selecionadas seis bases para um detalhamento maior. A primeira é Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, que é realizada junto às prefeituras, pesquisando informações do prefeito, pessoal da administração direta e indireta, vínculo empregatício, legislação, recursos para gestão municipal, organização de políticas de cultura, esporte e habitação entre outros em nível municipal.
- A segunda base é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, que é mais conhecida, pesquisando temas permanentes sobre educação, migração, fecundidade, trabalho e rendimentos. É uma pesquisa anual que além dos temas citados inclui suplementos, e alguns deles são os seguintes: trabalho infantil, saúde, segurança alimentar, educação de jovens e adultos, tecnologia da informação, tabagismo, vitimização e justiça.
- Foi escolhido do INEP, apenas para dar uma ideia do conteúdo das bases, o Censo Escolar da Educação Básica, que coleta informações sobre a escola como local de funcionamento, infraestrutura, fornecimento de alimentação escolar, sobre os alunos idade e sexo, rendimento escolar, etc. Além de informações sobre escola e alunos, há informações sobre turmas e docentes.

- A quarta base seria o Cadastro Único, mas como já foi extensivamente comentado por Lúcia Modesto e Letícia Bartolo, não há muito a acrescentar. Também possui uma amplitude de informação enorme.
- O Anuário Estatístico da Previdência Social do MPS pesquisa informações sobre benefícios cedidos, sexo do beneficiário, grupo de idade no início do benefício, espécie de benefício, tempo de contribuição, clientela urbana ou rural, etc.
- Uma das bases do Ministério do Trabalho e Emprego é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, que tem regularidade de divulgação mensal sobre o trabalho formal com vínculo empregatício. Pesquisa admissões e desligamentos, estoques que propiciam cálculo de índice de emprego, taxa de rotatividade e flutuação do emprego, etc.
- Um exemplo de base do Ministério da Saúde é o Sistema de Informações de Nascidos Vivos – SINASC, que pesquisa o número da declaração de nascidos vivos, a data de nascimento, características da mãe, tipo de parto, entre outros.
- Em cima desta riqueza de informações, nós produtores temos que estar permanentemente atentos à qualidade, à relevância do dado produzido e àquilo que ainda é necessário aprimorar para atender melhor. Em função disto, os representantes do CES trabalharam nas lacunas identificadas em suas bases, segundo a classificação geográfica, temática e temporal. Este tópico de lacunas identificadas pelo produtor também já se encontra no site.
- Fazendo a seleção de alguns casos, na PNAD foi identificada uma lacuna geográfica no sentido de ampliar precisão de alguns indicadores, para algumas unidades da federação para as quais alguns indicadores não têm uma precisão adequada. Do ponto de vista temático, foi identificada a necessidade de atualizar aspectos conceituais relativos a trabalho. No que se refere à temporalidade, o tema trabalho precisa ter uma periodicidade mais curta do que anual. A PNAD Contínua deverá suprir estas lacunas.
- Para a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF do IBGE não foram identificadas lacunas geográficas e temáticas, mas há uma lacuna temporal e o IBGE está no esforço de produzir uma pesquisa contínua porque a informação de consumo tem uma relevância enorme para contas nacionais, índices de preços, para a avaliação de condições de vida e pobreza. A produção anual é demandada pelos usuários e será contemplada na reformulação das pesquisas domiciliares.
- Para a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS do IBGE em parceria com o Ministério da Saúde não foram identificadas lacunas geográficas. Existe uma lacuna temática no sentido do número de consultas do atendimento ambulatorial e não existência do número de procedimentos de diagnose e terapia. A lacuna temporal é que a periodicidade ideal para esta pesquisa seria bianual, mas ainda não foi alcançada.
- Na Prova Brasil do INEP não foram identificadas lacunas geográficas nem temáticas. Como lacuna temporal, o INEP destacou que as escolas públicas rurais só começaram a ser acompanhadas a partir de 2009.
- Na base do Censo dos Centros de Referência da Assistência Social – Censo CRAS do MDS, não há lacunas geográficas e temáticas. Porém se identifica uma lacuna temporal que é uma característica de alguns registros

administrativos que é a entrada e saída de variáveis em intervalos de tempo muito curto. A consistência temporal não é fácil de ser assegurada para uso estatístico por usuários.

- No Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho do MPS não se identificaram lacunas geográficas e temporais, mas sim uma lacuna temática no sentido de que há falta de informações sobre detalhes do acidente tais como o local, tipo do acidente, entre outras.
- No caso do CAGED do MTE não foram identificadas lacunas.
- Um dos objetivos do Comitê é identificar as lacunas para conseguir que estas sejam supridas e que a produção da informação considerada essencial seja assegurada. O Comitê tem um papel técnico e político nesta percepção de lacunas e de assegurar a produção de estatísticas oficiais na área social.
- Há uma previsão de um primeiro exercício para identificar lacunas para um conjunto de bases relacionadas ao tema trabalho, verificando integradamente estas bases.
- É importante aproveitar a presença de diversas áreas do governo no seminário para disseminação das estatísticas sociais e convidar todos para esse esforço que é assegurar as informações básicas para o país.
- O Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em andamento no IBGE é muito importante, pois supre lacunas de peso através das pesquisas.
- O SIPD está sendo feito exatamente para otimizar recursos frente à demanda crescente por informações, assegurar uma produção regular de estatísticas. Sua página pode também ser acessada através da página oficial do IBGE no *link* Projetos e Entidades.
- As motivações de natureza temática são exatamente para suprir lacunas.
- O sistema integrado terá dois núcleos fundamentais a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua que vem para suprir as lacunas da PNAD e da PME. O esquema de realização de POFs Contínuas, a POF e a POF Simplificada com periodicidade anual. O outro núcleo importante é a Pesquisa de Economia Informal – ECINF e a construção de uma infra-estrutura amostral a amostra mestra.
- A ideia é que este novo sistema propicie ao IBGE uma infra-estrutura fixa em termos de equipes de campo e de tecnologia requerida para realização de pesquisas domiciliares amostrais continuamente. Vai nos levar a um espalhamento muito maior no território nacional.
- Em 2010 o IBGE está analisando os testes de PNAD contínua e procurando avançar no conteúdo temático do SIPD.
- Já há um planejamento em curso em conjunto com o Ministério da Saúde para ter a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS no SIPD.
- Algumas variáveis com sexo, cor/raça, idade, composição domiciliar, nível de instrução, condição na ocupação e posição na ocupação vão estar presentes em todas as pesquisas e harmonizadamente estruturadas. A ECINF vai tratar do setor informal da economia, a PNAD Contínua, o trabalho e rendimento, a

POF, consumo e rendimento, a PNS, a saúde e outras pesquisas podem surgir.

- A previsão de implantação da PNAD Contínua é para 2011, mantendo a produção simultânea da PNAD e PME por dois anos. Em 2012, o início da coleta da POF contínua e realização da ECINF e o piloto da PNS, este último vem a substituir o que o IBGE vinha fazendo como suplemento da PNAD.
- A interação com usuários e parceiros tem sido uma tônica, pois para mexer na estrutura dessas pesquisas é preciso a participação de todos os usuários interessados.
- O CES, com a participação dos seus órgãos integrantes e com as instituições não integrantes através de seminários anuais, está se constituindo como um canal de demandas para construção do conteúdo de pesquisas domiciliares do IBGE. Algumas demandas feitas ao Censo não puderam ser incluídas, devido ao fato do Censo ter que ser uma pesquisa rápida. São, então, encaminhadas ao SIPD.
- É fundamental esta abertura para discussão com outras áreas que não pertencem ao Comitê, que é o que está sendo feito neste seminário.
- A expectativa do CES com este evento é dar visibilidade dos trabalhos feitos até aqui, ouvir críticas e sugestões de todas as áreas de dentro e fora do Comitê e seguir este inventário de demandas e de lacunas, mas agora com um olhar do conjunto de ministérios e outros órgãos aqui presentes.

Junia Valéria Quiroga – Diretora do Departamento de Avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, CES / Comitê Gestor.

- Tivemos a reunião do Comitê Gestor há pouco tempo e a agilidade para a realização deste seminário merece destaque.
- É muito importante a participação de diversos órgãos que não fazem parte da estrutura formal do Comitê para que as expectativas do Comitê sejam alcançadas.
- A participação do IBGE e do IPEA na construção do novo formulário do Cadastro Único deve ser destacada, assim como a parceria do MDS com o IBGE para a realização de suplementos temáticos de Segurança Alimentar na PNAD e de Assistência Social na MUNIC.
- Desde 2005 o MDS tem capitaneado a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que partiu da inexistência de informações sobre qual seria a rede de assistência pública ou privada. Era preciso saber qual o tamanho desta rede para poder identificar as “lacunas” para definir a capacidade de ação do ministério.
- Foi inaugurada a Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos – PEAS, realizada em 2006. E espera-se realizá-la novamente após o IBGE tomar fôlego após o Censo 2010. É necessária uma nova PEAS, pois segundo resultados da MUNIC foi possível identificar que o SUAS caminhou a passos largos. Houve um processo de consolidação deste sistema, embora ainda tenha muitos desafios. Com uma nova PEAS será possível

comparar os resultados com a de 2006 para avaliação do desenvolvimento destas entidades.

- O Comitê de Estatísticas Sociais foi inaugurado num momento em que os ministérios tinham constatado a importância desta parceria profícua com o IBGE para um melhor conhecimento do nosso campo de atuação.
- Ficou muito clara a riqueza das informações apresentadas por Marcia Quintslr e precisamos fazer uma utilização intensa destes dados e também sua correção considerando as lacunas.
- Ao olhar integradamente as bases de dados, iniciando pelo tema trabalho será muito revelador e será importante para termos uma dimensão real do quanto podemos avançar.
- Sugestão de definição de agenda e cronograma para definir como avançaríamos no tema trabalho e quais seriam os próximos temas.
- Também é importante saber o cronograma sobre a instalação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, em que pé está hoje a construção da amostra mestra e por quanto tempo contaremos com o sistema atual em conjunto com o novo sistema. Além disto, é importante saber se os fóruns terão continuidade na medida em que o sistema comece a ser implementado e qual seria o papel do Comitê no acompanhamento deste sistema.

DEBATES SOBRE A MESA 2

- Marcia Quintslr comentou que as parcerias com MDS, Saúde, Trabalho, SPM, Direitos Humanos e outras áreas é uma tônica constante na produção de informações sociais do IBGE. Sem dúvida estas parcerias serviram de ponto de partida na percepção de que era importante começar a pensar o todo e quando nasceu a ideia do Comitê, esta foi ao encontro deste pensamento de que as demandas não teriam que ser conversadas com cada usuário em separado, mas sim olhando o todo da necessidade das informações, para conseguir chegar a um mapa, à agenda que Junia Quiroga mencionou. Isto vem muito a calhar com a renovação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.
- Com relação ao método para trabalhar lacunas, Marcia Quintslr disse que o Grupo Executivo percebeu que era necessário olhar as bases de forma integrada. Partindo da sugestão de Eduardo Pereira do MPS, o Grupo executivo decidiu analisar o tema trabalho inicialmente, pois é uma área que, apesar de ser grande, temos muitas informações, existem recomendações internacionais bem estruturadas e é estabelecido muito contato com os usuários, além de ser um tema que perpassa diversas bases. Primeiro é preciso começar para ter certeza que é uma boa estratégia e, caso seja, definir o cronograma e novos temas.
- Em relação ao SIPD, Marcia Quintslr, disse que o compromisso de produção simultânea de PNAD Contínua com PNAD e PME será pelo período de dois anos a partir de 2011. Este período de dois anos será de implantação e também o grande teste para formato final deste sistema.
- Marcia Quintslr ressaltou que o papel do Comitê é fundamental no acompanhamento do SIPD, uma vez que pode identificar que alguns temas

não precisam estar em pesquisas domiciliares porque podem ser obtidos por uma conjugação de registros administrativos, por exemplo. No Comitê de Estatísticas de Gênero e Uso do Tempo foi feito um trabalho de levantamento de registros administrativos de interesse e lá já foram identificadas lacunas nesses registros.

- Wasmália Bivar deu a notícia de que a MUNIC acaba de ser premiada no prêmio regional de informação estatística dado pelo Banco Mundial em Washington e a AMS teve uma menção honrosa. O trabalho do Comitê está apenas começando e será um trabalho constante. Temos de colocar nossas competências para trabalhar de forma integrada.
- Fabíola do Ministério da Saúde questionou que não consta da publicação da PNAD 2008 informações sobre acesso a medicamentos e qual seria a priorização dos dados para a publicação do IBGE. Marcia Quintslr respondeu que o bloco sobre acesso a medicamentos foi novo e que o IBGE esperou que seus demandantes o procurasse para definir o tipo de disponibilização deste material. Foi seguido o padrão da série da PNAD Saúde que vinha sendo publicado. Pode-se marcar uma conversa para efetivar uma parceria para analisar e gerar um produto para esta análise. Maria Lúcia, gerente da PNAD, complementou que no CD que acompanha a publicação tem várias tabelas que não estão na publicação impressa.
- Martim Cavalcanti comentou que é importante a manutenção da PNAD e da PME por dois anos. Se possível, seria importante manter a antiga PME em território nacional para ter uma noção verdadeira de desemprego. Além disto, é fundamental para a política monetária do Banco Central, que calcula o PIB potencial com base na taxa de emprego e com base nestas informações analisa se precisa ou não aumentar a taxa de juros. É de suma importância ter a tradução da PME antiga na PNAD Contínua. Ter uma informação de desemprego apenas de três em três meses acarreta em empobrecimento da decisão da política monetária, é importante ter dados mensais. Marcia Quintslr comentou que o IBGE tem a preocupação com a produção simultânea e que neste período serão realizados testes para verificar se é necessário algum tratamento diferenciado na PNAD Contínua nas regiões metropolitanas da PME. Com relação a produção mensal ou trimestral há um estudo dentro do grupo de trabalho mas ainda não foi concluído. Tão logo seja concluído, o resultado será levado para debate nos fóruns.
- Em relação à POF, Martim Cavalcanti disse que é importante ter a POF sempre apurada para o cálculo do IPCA que é exatamente a meta de inflação. Marcia Quintslr comentou que é um processo muito custoso mudar o índice de preços. A proposta da POF anual mais simplificada é importante para monitoramento, ainda que não se faça troca na estrutura do índice.
- A representante da ABRASCO elogiou o portal e questionou se serão disponibilizadas informações sobre os procedimentos que dão qualidade a estas informações e como se pretende lidar com as limitações operacionais e financeiras para enfrentar as lacunas. Além disto, questionou se já foram identificadas sobreposições entre diferentes pesquisas e se a Pesquisa Nacional de Saúde substituirá o suplemento de saúde da PNAD. Marcia Quintslr disse que a proposta do site é sempre se aprimorar, mas que alguns itens que já constam no site como metodologia, técnica de coleta entre outros, já qualificam de certa forma as pesquisas. A ideia é construir *links* com as próprias bases nas páginas dos próprios órgãos de origem que podem conter

mais detalhamentos. Em relação a lacunas é necessário mapear e depois verificar as prioridades.

- Ceres Albuquerque da ANS comentou que o suplemento de saúde da PNAD é quinquenal e tem uma amostra de cento e dez mil e a PNS terá apenas sessenta mil, além disto, o foco da PNAD Saúde foi constituído em cima de acesso e utilização de serviços e a PNS é mais em cima de morbidade e fatores de risco, então uma pesquisa não substituiria a outra. O questionário da PNS já está muito longo e é difícil incluir mais perguntas, então há uma preocupação de perder uma série histórica conquistada na área de assistência. Marcia QuintsIr respondeu que o módulo acesso a serviços de saúde está na PNS. Talvez a PNS tenha que ser feita com mais de uma visita e já se configura como uma pesquisa e não mais um suplemento de outra pesquisa. O número de sessenta mil se deve a aspectos metodológicos em que tem partes que a família inteira responde e outras em que apenas uma pessoa é selecionada com isto tem uma redução de vício em função de repetição de contexto e aí se obtém uma amostra de tamanho menor, mas com um grau de precisão bastante razoável. Em alguns suplementos pode se ter trabalhado com uma amostra maior que a necessária devido a forma de trabalho da PNAD e o Sistema Integrado vai permitir uma melhor racionalização disto, garantindo precisão para os estimadores.
- Elias Jorge do Ministério da Saúde comentou que é preciso se fazer uma programação orçamentária para que o IBGE não precise de recursos de outras instituições para realizar as pesquisas. A PNAD Saúde e a PNS devem convergir e não serem feitas em separado, da mesma forma que a AMS do IBGE e o CNES do Ministério da Saúde deveriam convergir para uma base comum. Quando se vai conseguir introduzir os outros arranjos familiares além de uniões heterossexuais? Tentar ver, além do tema trabalho, um pouco de formação e formandos no pós mercado. Para a área de saúde seria interessante se tivesse uma base de dados da distribuição da força de trabalho georreferenciada e base com remuneração de força de trabalho.
- Darlan Mesquita da SEDH comentou sobre a questão da vulnerabilidade e, no caso de mercado de trabalho, existem diferenças na empregabilidade entre mulheres e homens, mas também se pode observar em outras desagregações. Verificar se na pesquisas censitárias se existe a possibilidade de coletar informações sobre pessoas com deficiência, gênero e orientação sexual. Em relação a faixas etárias existem na legislação brasileira algumas agregações diferenciadas, neste caso a SEDH se propõem a ajudar nesta discussão que seria muito importante para pessoas que trabalham com crianças e adolescentes. Outra questão é que se observa que quanto maior a faixa etária maior o percentual de deficiência. Uma proposta para o Comitê analisar é, que num horizonte em que há uma tendência das pessoas se aposentarem mais tarde, seria possível medir o impacto da deficiência no mercado de trabalho.
- Eduardo Nunes, Presidente do IBGE, comentou que o IBGE tem reduzido ao máximo o volume impresso, colocando o máximo possível de tabelas no CD que acompanha a publicação impressa e disponibilizando gratuitamente na internet todo e qualquer resultado. Ressaltando que o usuário precisa dominar uma ferramenta estatística para trabalhar com os microdados. Se o usuário não tiver independência para manipular os microdados o IBGE poderá fornecer auxílio e até treinamento para alguns casos específicos. Em 2005 tínhamos cinco milhões de acessos a nossa página e em 2010, até agora, já temos mais

de vinte e dois milhões de acessos. É mais barato disponibilizar dados pela internet do que impressos.

- Segundo Eduardo Nunes, a qualidade dos trabalhos do IBGE vem aumentando e por consequência as demandas também aumentam. Algumas são atendidas por meio de convênios, como o suplemento de saúde na PNAD que tem periodicidade de cinco anos. Se a pesquisa faz parte do programa de trabalho do IBGE, não importa a periodicidade, ela tem que estar dentro do orçamento do IBGE. Nos últimos anos, o IBGE não deixou de fazer nenhuma pesquisa por falta de dinheiro, às vezes é mais por falta de recurso humano e calendário. Nos últimos cinco anos o orçamento mais que dobrou, mas faltam recursos humanos e o IBGE está fazendo renovação de seu quadro com novos concursos.
- Eduardo Nunes citou que em relação a nupcialidade, os novos arranjos familiares, direitos humanos e deficiências, o Censo 2010 dará a resposta para estas questões. Esperamos que no próximo ano as primeiras informações já saiam, por exemplo, a questão do avanço da idade e o seu impacto no mercado de trabalho. Eduardo Pereira do MPS vai ter que ter outro olhar sobre esta mesma população que é o impacto do envelhecimento populacional na Previdência Social. Numa divulgação preliminar na metade do Censo, já haviam sido encontrados os contingentes de dezenove mil pessoas com mais de cem anos de idade e mais de duzentos e sessenta mil pessoas com mais de noventa anos de idade.
- Segundo Eduardo Nunes, o Comitê e o Fórum do SIPD vão avaliar a necessidade de acompanhamento destes indicadores e que tipo de pesquisa tem que ser, se é um suplemento da PNAD ou se seriam autônomas. Há conversas com o Ministro Temporão da Saúde sobre fazer uma pesquisa de saúde não só nos moldes como têm sido feitas, mas também uma pesquisa sobre o estado de saúde do indivíduo que é bem mais cara, porque uma vez encontrado um indivíduo com um quadro grave de saúde tem que dar o atendimento necessário e não apenas fazer estatística. O papel do Comitê é exatamente levantar as demandas e, uma vez conhecidas, podemos nos preparar do ponto de vista orçamentário e um dos membros do Comitê é também representante do Ministério do Planejamento.

MESA 3: QUESTIONÁRIOS INTERNACIONAIS DA ÁREA DE INFORMAÇÕES SOCIAIS DEMANDADOS AO BRASIL – MOTIVAÇÃO E PRIMEIRO LEVANTAMENTO

Martim Cavalcanti – Chefe-Adjunto da Assessoria de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento – MP, CES /Comitê Gestor.

- O tema desta sessão já foi comentado pelo discurso inicial do Presidente do IBGE. Este assunto surgiu como preocupação do Comitê julgando necessário haver uma coordenação maior entre as instituições que prestam estas informações. Muitos organismos internacionais acabam não reportando as estatísticas oficiais do Brasil, utilizando estatísticas criadas por autores. Recentemente observou-se um episódio neste sentido em relação ao IDH, que ao invés de trabalhar com dados brasileiros, utilizaram dados da ONU que não sabemos com base em que, a expectativa de vida segundo eles era de 72.9, enquanto que a expectativa de vida já divulgada pelo IBGE é 73.1 de acordo com última PNAD.

- O primeiro passo adotado foi fazer um levantamento de como era o relacionamento das instituições do Comitê com estes organismos, quais eram os questionários respondidos e para quem eram respondidos. Convidou o funcionário do IBGE Jorge Calian que faz o acompanhamento por parte do IBGE para depois falar um pouco da rotina de seu trabalho.

Jailson Assis – Analista do IBGE e Secretário Executivo do CES.

- Apresentação de um primeiro levantamento dos questionários demandados por organismos internacionais a instituições pertencentes ao Comitê de Estatísticas Sociais.
- Este tema surgiu de uma demanda do Comitê Gestor para que não houvesse duplicação de esforços e que as informações prestadas fossem consistentes.
- Este levantamento é preliminar e não está completo, principalmente na área da saúde, mas já conta com cerca de 35 questionários ou relatórios que são respondidos por estas instituições.
- São nove questionários respondidos pelo IBGE. O primeiro é o Factbook que é demandado pela OCDE e que investiga mais de cento e noventa variáveis, cobrindo diversos temas como população, gastos públicos e acidentes de trabalho. Os dados que não são produzidos pelo IBGE são solicitados diretamente a fonte produtora. Sua periodicidade é anual.
- O questionário para o Anuário de Estatísticas do Trabalho pesquisa informações sobre o mercado de trabalho. Possui grande interação com o Ministério do Trabalho e Emprego e é demandado pela OIT.
- O questionário sobre produção e utilização agropecuária, com periodicidade anual, investiga dados sobre matérias-primas agrícolas e de produção agrícola e pecuária. É demandado pela FAO/UNSD.
- O Boletim Mensal do Questionário de Estatísticas, demandado pela UNSD, é totalmente preenchido no IBGE e investiga dados sobre população, preços, produção industrial, energia, aço, cimento, papel e balança comercial.
- O questionário sobre o uso de TIC por empresas e sobre o setor de TIC investiga indicadores da área de ciência e tecnologia. Possui periodicidade anual e é demandado pela UNCTAD.
- O *paper* The Statesman's Yearbook levanta informações básicas sobre diversos países, sendo demandado pela Barry Turner. As informações referentes ao Brasil são respondidas integralmente pelo IBGE.
- O Questionário de Produção Industrial é demandado pela UNSD, com periodicidade anual, e investiga dados sobre indústrias que são levantados pela Pesquisa Industrial Anual – PIA do IBGE.
- As estatísticas sobre analfabetismo adulto e questionário de metas educacionais, são demandadas pela UNESCO com periodicidade anual e a partir de agora haverá interação com o INEP.
- O questionário de contas nacionais é demandado pela ONU, com periodicidade anual, sendo preenchido somente pelo IBGE.

- O INEP responde a cinco questionários, sendo o primeiro denominado de Coleta de dados da UOE (UNESCO/OCDE/EUROSTAT), que é demandado pela OCDE, com periodicidade anual, utiliza dados do INEP, IBGE, SIAFI, FUNDEB, BACEN, CEF, STN e CAPES. Investiga dados sobre matrículas, alunos novos (ingressos), concluintes, população, alunos por turma, docentes, gastos públicos com educação, entre outros.
- O grupo de trabalho sobre mercado de trabalho e resultados sociais e econômicos da educação, solicitado pela OCDE tem periodicidade anual e utiliza dados da PNAD e da RAIS, além do INEP. Investiga rendimento médio anual do trabalho e número de trabalhadores por escolaridade, status da força de trabalho de acordo com o nível educacional completado, força de trabalho por status escolar e por nível educacional da população de 15 a 29 anos.
- O grupo de trabalho para coleta das informações descritivas do sistema escolar sobre estruturas, políticas e práticas educacionais é demandado pela OCDE, tendo periodicidade anual. Investiga horas letivas, carga horária e salário anual, e critérios para o incremento salarial de professores.
- Os Indicadores Mundiais da Educação – WEI são demandados pela UNESCO anualmente e o INEP utiliza seus dados, além de dados da PNAD e CAPES. Investiga dados de alunos novos (Ingressos), concluintes, docentes por nível de ensino, etc.
- O questionário do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) é demandado anualmente pelo Mercosul e investiga dados básicos populacionais, econômicos e educacionais para o cálculo dos indicadores com o objetivo de construir indicadores comparáveis relevantes para a realidade de cada país. Além dos dados do INEP, são usados dados do IBGE(PNAD), BACEN, SIAFI e CAPES.
- Os seis questionários respondidos pelo Ministério da Saúde, que foram levantados, são todos de periodicidade eventual e não possuem nenhuma interação com órgãos fora do Ministério da Saúde. O primeiro é o questionário Prevenção e tratamento de doenças tropicais no Brasil, demandado pela embaixada da Índia no Brasil. Investiga informações sobre o andamento das pesquisas no país.
- O questionário Diagnóstico das doenças ocupacionais no Brasil é solicitado pela embaixada da China no Brasil e investiga que organismos brasileiros fazem o diagnóstico sobre as doenças ocupacionais.
- Os questionários “Prevenção de conflito de interesses entre profissional de saúde e indústria farmacêutica ou produtora de equipamentos médicos” e “Direito dos pacientes e responsabilidade das organizações médicas” são demandados pela embaixada da Rússia no Brasil. O primeiro investiga eventual existência de legislação brasileira a respeito do assunto e o segundo tem interesse em conhecer o Sistema Brasileiro de Saúde Pública (SUS).
- O questionário Qualidade da água potável consumida no Brasil é solicitado pela Academia de Ciências Médicas da Federação da Rússia. Tem interesse em levantar dados sobre os padrões brasileiros de segurança da qualidade da água.
- O questionário Despesas em matéria de saúde, demandado pela OMS, investiga estimativas de gastos do Governo e do setor privado em saúde.

- As informações solicitadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS são em sua grande maioria relatórios que chegam através do Ministério das Relações Exteriores – MRE para atender solicitações da ONU, com periodicidade eventual. Estes relatórios levantam políticas e projetos do MDS sobre determinados temas. O MDS informa: definição; objetivos; população-alvo; número de unidades implementadas e sua capacidade de atendimento, quando for o caso; número de municípios abrangidos; número de indivíduos e famílias beneficiários; valor do benefício, quando for o caso; orçamento anual, etc. A lista destes relatórios/questionários é a seguinte:
 1. Relatório Brasileiro sobre a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. (Interação com SEPPPIR, MS, MEC e outras da área social).
 2. Relatório sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas. (Interação com SEPPPIR, MS, FUNASA, FUNAI, MMA, e outras da área social).
 3. Relatório sobre a situação do Direito Humano à Alimentação Adequada. (Interação com MDA).
 4. Relatório Brasileiro sobre as ações adotadas a fim de minimizar os impactos das crises financeira e econômica na área dos direitos humanos. (Interação com todos da área social).
 5. Relatório Nacional de Seguimento à Implementação do Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação. (Interação com MDA e MAPA).
 6. Relatório Quinquenal do Brasil para o Comitê dos Direitos da Criança e do Adolescente da ONU (2003-2007). (Interação com MS, MEC, MC, SEDH e outros da área social).
 7. II Relatório Periódico previsto no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). (Interação com MS, MEC, MDA, MAPA, MTE, MCT, MMA, MCidades, MME, MEsporte, MJ e outros.).
 8. Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do PNUD. (Interação com todos envolvidos com a temática social).
 9. Questionário sobre Proteção Social a Pessoas Idosas endereçado aos Governos pelo Consultor Independente em matéria de Direitos Humanos e Extrema Pobreza. (Interação com MPS e outros da área social).
 10. Relatório de Progresso de País 2008/2009 sobre os Compromissos em HIV/AIDS - UNGASS. (Interação com MS).
 11. Questionário sobre o papel das cooperativas na redução da pobreza. (Interação com toda área social).
 12. Questionário sobre Transferência de Renda para embasar Relatório para o Conselho de Direitos Humanos da ONU.
 13. Relatório sobre Direitos Humanos no contexto do mecanismo de Revisão Periódica Universal. (Interação com todos envolvidos com a temática social).
 14. Relatório Anual sobre Direitos Humanos. (Interação com todos envolvidos com a temática social).

15. Questionário sobre as respostas da política para a crise no mercado de trabalho em economias emergentes selecionadas. (Interação com MTE).
 16. Questionário sobre a Revisão do Projeto de Diretrizes do EACDH sobre um Enfoque de Direitos Humanos para a Redução da Pobreza. (Interação com todos envolvidos com a temática social).
- Os questionários destinados ao Ministério do Trabalho e Emprego são demandados pela OIT e são respondidos conjuntamente com o IBGE ou outros órgãos competentes. Investigam informações sobre salários; informações sobre estrangeiros, tais como gênero, ocupação e setor da economia; dados sobre lesões corporais (que foram encaminhados ao Ministério da Previdência Social); e dados sobre greves (que foram encaminhados ao DIEESE).

Liliane Oliveira – Coordenadora-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação – MEC, CES / Grupo Executivo.

- As estatísticas internacionais são centralizadas em uma equipe no INEP o que gera uma consistência interna antes de mandar os dados para fora.
- Temos que passar informações oficiais que sejam efetivamente utilizadas e temos que provar que somos consistentes nestas informações. Na hora em que passamos as estatísticas para um organismo internacional nós estamos dando subsídios para um perfil do país, o que gera uma repercussão bastante grande na avaliação brasileira. Precisamos fortalecer estas informações internamente para que elas sejam utilizadas efetivamente nos organismos internacionais.
- O Comitê tem um trabalho importante para superar a duplicação de esforços. Geralmente o problema era pensado separadamente, mas o Comitê propicia um olhar conjunto, integrado destas informações.
- Outro ponto que temos que melhorar é a homogeneização de critérios metodológicos, porque temos que fazer interação com dados de outras instituições. Às vezes o INEP tem que calcular uma informação usando microdados de outra instituição que pode chegar num valor diferente da informação calculada pela instituição produtora.
- Se o produtor da informação demandada não é o meu órgão então se deve criar um caminho para o órgão produtor para ele sugerir ou indicar o método da desagregação que está sendo solicitada.
- A criação de uma metodologia para quebrar um galho de uma informação que o meu órgão não tem pode ser vista como uma lacuna da informação produzida.
- Sugestão de disponibilização dos valores calculados por cada instituição para atender os organismos internacionais no site do Comitê, como forma de homogeneizar as informações.

Jorge Calian – Técnico do IBGE.

- No IBGE também há uma estrutura de entrada e saída de questionários. A maioria dos questionários chega pela Presidência e são encaminhados para a gerência encarregada que separa por coordenação dentro do IBGE quem vai responder. Ao obter as respostas a gerência junta todos os dados e encaminha diretamente ao organismo internacional dando ciência à Diretoria de Pesquisas e a Presidência do IBGE. Com isto, foram acertados os fluxos de entrada e saída e os prazos.
- Outro ponto interessante é avaliar se o organismo internacional utilizou o dado que foi enviado através de pesquisas na internet. Caso não tenha utilizado mandar e-mail perguntando o motivo da não utilização dos dados oficiais enviados.
- Os dados que são produzidos pelo IBGE devem ser respondidos pelo IBGE. Então caso recebam demandas que são de informações produzidas pelo IBGE encaminhe para que possamos responder.

DEBATES SOBRE A MESA 3

- Martim Cavalcanti comentou que muitas vezes um órgão responde um questionário demandado como se fosse uma tarefa que se encerraria depois de seu preenchimento e envio. Entretanto, entende que o órgão deve acompanhar como e para que a informação está sendo utilizada e cobrar uma resposta sobre o relatório que foi divulgado, com base naquela informação. Muitas vezes não temos acesso a estes relatórios e, às vezes, temos que até comprar se quisermos ter acesso. Muitas vezes é importante que seja feita uma compatibilização entre os países, mas é importante que neste relatório esteja divulgada a metodologia de como foi feita esta compatibilização e seja divulgada a fonte dos dados.
- Liliane Oliveira disse que checar se os dados foram devidamente utilizados é possível fazer, mas cobrar sua utilização já é mais complicado. Deveria ter um fórum oficial para impor como nação que o dado enviado seja de fato utilizado.
- Elias Jorge do Ministério da Saúde comentou que os ministérios deveriam ter uma estrutura para responder estes questionários. Talvez o Comitê Gestor possa tratar desse ponto.
- Wasmália Bivar disse que o Comitê de Estatísticas Sociais pode trabalhar muito nesta área e temos até o compromisso de fazer isto porque somos nós que lidamos com informação. Este processo tem que ser ampliado para os outros ministérios que não compõem o CES, e temos que ter segurança nestes dados que estão sendo enviados e até documentá-los, como sugeriu Liliane Oliveira, em algum lugar. Mas seria importante chamar a Casa Civil e o MRE para ser um dado de representação de país, de modo que o órgão não fique sozinho se houverem problemas. O Comitê talvez tenha que colocar em um local não apenas os dados que estamos mandando, mas também os enviados por outras áreas que tem outros questionários e precisam de informações de todos. Isto tem que ser institucionalizado e nisto o Comitê pode avançar. Mas enquanto representação de país para questionar os dados usados pelos organismos internacionais tem que envolver a Casa Civil e o MRE.

- Tatiana, assessora internacional da SEDH, comentou que ficou feliz de ver que a questão dos relatórios internacionais já está contemplada na apresentação do Jailson. Ficou surpresa em saber que alguns deles estavam incluídos como responsabilidade do MDS, mas na verdade é a SEDH que prepara. Tem muitas dificuldades porque tem que consultar diversos órgãos do governo brasileiro para preencher os questionários e muitos órgãos não respondem ou respondem muito tempo depois. Seria importante estabelecer uma forma de cooperação entre os órgãos que precisam deste tipo de informação e o Comitê de Estatísticas Sociais. No caso dos relatórios de direitos humanos focaliza muito em políticas e legislações, mas também precisamos de informações sobre as estatísticas porque a ONU demanda os resultados destas políticas na vida da população.
- Jorge Calian disponibilizou seu e-mail para quem precisar de dados do IBGE. É preciso mandar um pedido formal com os prazos para jorge.calian@ibge.gov.br.

MESA 4: FÓRUM DE DISCUSSÃO SOBRE O COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS E PRÓXIMOS PASSOS

Wasmália Bivar – Diretora de Pesquisas do IBGE, Coordenadora do Comitê Gestor do CES.

- As instituições que compõem o CES estavam, usando uma palavra forte, necessitadas em conversar e trocar ideias sobre os temas que são propostos pelo Comitê, o que levou ao êxito dos trabalhos realizados até aqui.
- Este foi um primeiro seminário, mas queremos que tenha um caráter anual e dar os informes a todos os ministérios, secretarias e todos os órgãos de governo do que estamos conseguindo avançar de fato.
- Há um compromisso de atualização permanente do *site* do Comitê. Já temos algumas propostas de, por exemplo, manter no *site* um cronograma de divulgação das estatísticas, registros administrativos, etc. Queremos ampliar a base de cobertura do que está sendo documentado, já temos quarenta e cinco bases documentadas. O processo de documentação parece simples, mas é extremamente complexo porque todos têm sua própria forma de documentação e se adequar a um determinado padrão requer um esforço muito grande. Queremos continuar avançando na facilidade do acesso, de ter *links* que apontem diretamente para as bases de dados. Manter as Questões Mais Frequentes. Incluir um espaço de consultas, mesmo que não fique aparente para os usuários por enquanto, para que qualquer representante de qualquer órgão possa fazer suas colocações e fazer suas demandas diretamente pelo *site*.
- No que diz respeito à integração das bases de dados, esta última questão que vimos dos questionários internacionais mobiliza a todos e temos que seguir com as estratégias aqui discutidas.
- Na forma de acesso às bases de dados já tivemos grandes avanços. Os microdados do IBGE, devidamente desidentificados, podem ser baixados diretamente pela página do IBGE. Estamos trabalhando muito no georreferenciamento das estatísticas nos diferentes âmbitos do governo, embora sejam ferramentas que exigem certa dose de conhecimentos prévios

para que sejam utilizadas. Precisamos facilitar a vida dos municípios e estados que na maioria das vezes requerem dados agregados mesmo.

- Já existem demandas fortes de integração de bases como, por exemplo, entre Registro Civil e o SUS que saem com dois números diferentes e que neste caso os organismos internacionais poderiam reclamar com razão. Temos que integrá-las juntando o que tem de melhor em cada uma das bases e que o indicador seja único.
- Vamos continuar inventariando as demandas não só no âmbito do Comitê ou do SIPD, mas incluindo a integração destas bases. Buscar eliminar as duplicações para poder atender melhor as lacunas.
- Será promovido um seminário internacional para conhecer experiências de países que já tenham estes sistemas consolidados. Existem países que foram diminuindo paulatinamente sua produção estatística em função de utilizar registros administrativos organizados de forma a gerar informação. Óbvio que são países muito ricos, mas temos que pensar no que é possível fazer considerando estas experiências.
- Na última reunião do Comitê Gestor foi sugerida a criação de um documento analítico que integrasse as bases de dados, que serviria para estimular a participação, a visibilidade e o trabalho de várias frentes de forma integrada. Não é uma tarefa trivial, pois em primeiro lugar temos que escolher que modelo que temos seguir.
- Temos um referencial forte que são os direitos assegurados pela Constituição Brasileira.

Rômulo Paes – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

- Os dados que o IBGE produz são essenciais em função da agenda social do governo e do que esta agenda aponta para o futuro. Esta experiência de integrar as quatro pesquisas domiciliares é fundamental tanto no caso do MDS quanto para os ministérios vinculados a política social em geral porque as várias dimensões de perfil da demanda e percepção da oferta, vão aparecer de forma diferente. A possibilidade de ter uma percepção mais ampla do país e ter várias dimensões integradas para ter esta percepção mais em profundidade ao mesmo tempo com uma comparabilidade em escala nacional é fundamental.
- O Comitê tem que estar atento se o IBGE tem condições orçamentárias efetivas de fazer esta integração. Embora a questão orçamentária nunca esteja totalmente definida, é preciso saber o quão razoavelmente esta questão está resolvida para a implementação desta integração.
- Uma segunda questão a ser colocada é qual a prioridade disto na agenda do próprio IBGE. Para o MDS a revisão de políticas depende desta integração.
- A terceira questão é que a integração das pesquisas domiciliares é o projeto mais importante para quem produz políticas sociais no Brasil.
- Este governo elevou o patamar de proteção social do Brasil para um nível que este país não havia experimentado, em termos de escala e valores efetivamente transferidos para a população mais pobre. Além de grande

aumento da produção de serviços de proteção social. Isto foi possível porque desenhamos e revimos nossas políticas através de instrumentos robustos que foram possíveis pela produção de dados do IBGE. Foram utilizados módulos da PNAD e MUNIC, utilização da POF e a produção de uma pesquisa na área de assistência social.

Paulo Eduardo Rocha, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação – MEC, CES / Comitê Gestor.

- Importante retomar alguns aspectos da primeira reunião do Comitê Gestor. A proposta de criação do Comitê veio de um organismo internacional, o Banco Mundial, que fez um empréstimo para manutenção das políticas de desenvolvimento humano. O governo não só não cortou como também ampliou o sistema de atenção básica. Mesmo com o empréstimo do Banco Mundial, este não fez imposições sobre determinações de diretrizes e nós pudemos seguir dentro nossa autonomia com a nossa própria dinâmica.
- Em relação às diretrizes do Comitê Gestor é importante destacar a grande ânsia que havia sobre uma maior coordenação da produção, acesso e disponibilização da informação. A criação de um espaço de relacionamento, que o IBGE se dispôs a fornecer, onde as informações fossem disponibilizadas e que pudesse crescer inclusive para a solicitação de informações. Tenho dúvidas sobre o caráter oficial que este site pode ter, pois envolveria segurança de rede, com senhas e estas coisas, no ponto que uma solicitação seja considerada oficial através desta rede de relacionamento que este espaço virtual nos proporciona. Há muitos exemplos em que redes virtuais idealizadas por gestores não funcionam, embora cada rede tenha suas particularidades. Através das discussões iniciais do Comitê Gestor, nós estamos conseguindo na prática criar uma rede onde não existia, no sentido de relacionamento e trocas de opiniões, não de contatos institucionais, que sempre existiram e continuarão a existir.
- Foi muito importante o apoio logístico e técnico do IBGE, tendo toda a preocupação de ter a integração das bases de dados, economicidade na geração da informação e a preocupação da utilização e da formalização, dentro de um sistema federal de informações estatísticas, dos registros administrativos, para os quais temos uma dificuldade ainda maior de publicização e acesso. Então, é muito importante o papel que IBGE vem cumprindo ao longo do processo de promover o acesso às informações de forma ágil, transparente, segura e com consistência e robustez.
- É um processo inicial em que temos que ter clareza que teremos muitos anos e alguns governos a percorrer até que os anseios iniciais sejam implementados. O momento do debate é delicado devido ao momento de mudança de governo, de certa forma, propor novas atividades diferentes daquelas iniciais traçadas pelo Comitê Gestor me parece um pouco temerário, uma vez que temos que dar liberdade aos novos integrantes que virão com a mudança de governo. Embora, os novos membros do Comitê devam continuar com este debate e os caminhos necessários, exatamente porque temos um substrato técnico muito consistente que dá a base para as discussões do Comitê Gestor.
- Em relação a esta agenda, destacaria que o acesso a microdados, no que diz respeito ao acesso aos registros administrativos pode ser relevante para utilizadores das informações, mesmo que os órgãos produtores possam achar

que algumas informações não são. Portanto é importante ter a publicização dos registros administrativos. Outro aspecto que merece destaque é a eliminação das redundâncias das bases, que é consequência da integração. Não é um trabalho fácil porque cada dado foi gerado depois de um árduo trabalho de discussão no próprio órgão e depois reunir diversos órgãos para rediscutir e unificar estes conceitos é uma tarefa muito complicada, porém necessária. É muito grande este desafio para o governo não apenas para as estatísticas sociais, mas nas diversas áreas do governo, como por exemplo o SERPRO.

- Gostaria de lembrar as áreas de fronteira, em relação às estatísticas sociais, que mesmo depois de eliminar as redundâncias, sendo transparente e simplificando o acesso, vamos encontrar outro desafio que é a consistência destas bases com outras informações estruturantes de governo que não são necessariamente estatísticas sociais, mas que podem gerar indicadores para políticas sociais públicas. Por exemplo, o plano plurianual de governo que necessita de indicadores, mas não discute a geração de outros indicadores melhores. As informações de gasto público devem ser utilizadas conjuntamente com os indicadores e indicadores do PPA para dimensionar que sociedade é essa, para onde estamos caminhando e como serão direcionadas as ações coletivas desta sociedade, que se dão através do Estado. Se estas três informações forem pensadas de forma separada, a ação do Estado acaba sendo muito limitada.

Elias Antônio Jorge, Diretor de Economia da Saúde e Desenvolvimento do Ministério da Saúde – MS, CES / Comitê Gestor.

- Tentar fazer um trabalho para viabilizar a construção de informações, organizando as bases de dados. É preciso sempre levar em conta que informação só acontece se existir o sujeito cognoscente e se mudar o conhecimento dele. A geração, coleta, organização e disponibilização de dados que não sejam usados não significam nada. É preciso promover o processo de articulação e de uso do conjunto de informações que temos.
- Tenho a opinião que não estamos tão no início em relação às diretrizes do Comitê, pois temos quarenta e cinco bases de dados inventariadas e documentadas com todos os cuidados possíveis. Acredito que temos que estar surpresos de ter chegado onde chegou.
- Um dos papéis importantes deste comitê é proporcionar aos ministérios serem produtores além de consumidores, não apenas consumindo dados que o IBGE produz e sim formulando a produção conjuntamente. O Comitê traz uma oportunidade que não existia que é fazer a junção da técnica, que pode ir a campo e etc., com as pessoas que são demandantes de determinados dados, que podem ser transformados em informação para seu planejamento e avaliação.
- Também tenho uma preocupação que a transição de governo poderá trazer de consequências ao Comitê, mas uma das coisas bem feitas que fizemos foi ter na coordenação geral e na secretaria executiva do Comitê burocratas estáveis que irão continuar. Acredito que o Comitê de Estatísticas Sociais está condenado a se transformar em política de Estado, pelo que conseguiu produzir neste curto espaço de tempo.

- A hipótese de permitir a operação em transversalidade é uma característica muito boa do Comitê, é muito importante pensar em cada setor mas também na ótica do Brasil como um todo.
- A criação do Número de Identificação do Cidadão – NIC, que foi muito combatido durante a ditadura porque tinha riscos evidentes, hoje parece essencial para políticas de saúde e previdência.
- O sucesso das políticas públicas está no reconhecimento de suas características intrarrelacionais, inter-relacionais e transrelacionais. Não dá para fazer assistência ou saúde sem estabelecer estas relações intra, inter e trans. Tem que cruzar as ações do Ministério da Saúde com as ações dos ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte, e etc.
- Tem que dar curso rápido a formalização da portaria que garante flexibilidade na nomeação dos membros do Comitê, pois será preciso coletar a assinatura de vários ministros que poderão mudar no próximo governo.
- É absolutamente essencial que a gente consiga fazer a integração das pesquisas domiciliares e do conjunto das estatísticas sociais também.
- Para não perder as séries históricas, como a Ceres Albuquerque comentou, acho que a amostra mestra tem que ser desenhada para calcular estimativas destes indicadores para termos continuidade.
- Ter um fórum como o Comitê de Estatísticas Sociais é absolutamente importante, acredito que tenham poucos países com a riqueza de dados e levantamentos que temos. Por outro lado, o uso destes dados ainda é precário. Então, entendo que a tarefa principal deste comitê é manter esta articulação e fazer estimulação intensiva do uso do que conseguimos coletar nas várias áreas, articulando as mesmas e promovendo políticas de avaliação e monitoramento do que fazemos com recursos públicos.

Wasmália Bivar – Diretora de Pesquisas do IBGE, Coordenadora do Comitê Gestor do CES.

- De fato vivemos uma transição de governo, mas todas as áreas do Comitê contam com a figura do burocrata estável. Acreditamos que os trabalhos do Comitê serão para além desta gestão e da próxima, de fato, como mencionou o Elias Jorge, o Comitê tem que se tornar uma política de Estado. No Grupo Executivo tem esta continuidade e procuraremos terminar o processo de formalização da portaria antes que este governo se encerre.
- Quando falamos de futuro, aqui tem todo um conjunto de propostas, mas é óbvio que os nossos sucessores terão novas ideias que sempre serão bem-vindas. Entretanto, não tenho dúvidas na continuidade do trabalho que está sendo feito pelo Grupo Executivo.
- Em várias falas foi citada a questão do orçamento, instituições de Estado como IBGE e IPEA, existem para servir a sociedade brasileira. Entretanto, os governos que são eleitos têm a legitimidade do povo e logo da sociedade brasileira, então nós temos que servir as políticas que foram escolhidas pelo povo numa democracia. É o papel do IBGE e do IPEA apoiar estas políticas com o máximo de convicção possível independente de qualquer filiação

partidária ou ideias próprias que possamos ter mas institucionalmente este é o nosso papel.

- Nas falas do Elias Jorge e do Rômulo têm a questão de assegurar os recursos orçamentários e humanos. Os recursos humanos são difíceis de serem formados para ter conhecimento profundo sobre determinada base de dado. É um investimento interno muito grande, pois não existe este funcionário pronto no mercado.
- Pouca gente entende a diferença entre governo e Estado, o IPEA e o IBGE são o Estado, nós existimos independente de qual política e nosso papel é de dar todo suporte. É necessário que as políticas orçamentárias destas instituições e as políticas de recursos humanos estejam efetivamente voltadas para atender o que é a demanda de governo e o que é a demanda da sociedade que legitimamente escolheu seus representantes.
- Vamos continuar trabalhando, o SIPD já está desenhado, já temos discutido isto há alguns anos e está tudo pronto para ir a campo. A gente acha que o SIPD juntamente com o Comitê são as duas grandes novidades que vão mudar de fato aquele patrimônio de informações que este país tem e que ele é muito rico e só tende a aprimorar e tornar mais eficiente tudo o que a gente faz.

Rômulo Paes – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

- Para o período de encerramento de gestão as falas abordam o sentido de contentamento e de uma possível despedida. No caso que estamos discutindo no que tange ao projeto e ao conteúdo das respostas, o IBGE desenvolveu rotinas a dar estabilidade a estes projetos.
- Uma agenda deste tamanho, com a complexidade que ela envolve não se muda de uma hora para outra. Dá muito trabalho para mudar. Discordo do Elias Jorge no sentido de que nós somos usuários, mas usuários muito competentes, nós temos uma compreensão da produção de pesquisas, temos uma competência na produção de dados e estatísticas, mas este é um trabalho do IBGE e cabe a nós como usuários compreender, reforçar e cobrar. Este é o nosso trabalho, de termos uma colaboração ativa.
- Espero que no próximo ano possamos observar o quanto destas recomendações puderam ser apropriadas pela instituição e o quanto do que foi planejado para este ano a gente possa colher no ano que vem.
- Se os aspectos internos do país, se as suas escolhas em termos de política pública interferem na agenda do IBGE quanto do IPEA, a preocupação desta instituições, sobretudo do IBGE, de estar sintonizado com o estado da arte do que se produz no mundo é um determinante essencial para as escolhas do que se está fazendo, ou seja, buscar o que há de melhor na produção de estatísticas sociais.